SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 105, DE 2005
(Nº 126/05, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto n° 93.325, de 1° de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto n° 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

Os méritos do Ministro Paulo Cordeiro de Andrade Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de março de 2005. **– Luiz Inácio Lula da Silva.**

Aviso nº 214 – C. Civil

Brasília, 8 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

EM Nº 55 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G– MRE/APES

Brasília, 3 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto n° 93.325, de 1° de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto n° 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Ministro Paulo Cordeiro de Andrade Pinto que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto.**

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO

CPF.: 9409203520
ID.: 592491 DPT/BA

1953	Filho de Péricles Cordeiro Amador Pinto e Maria Carmelita de Andrade Pinto, nasce em 12 de outubro de 1953, em Salvador/BA
1979	Licenciado em História, Centro de Ensino Unificado de Brasília
1979	CPCD -IRBr
1979	Terceiro Secretário em 19 de novembro
1979	Divisão da África II, Assistente
1981	Departamento da Ásia, África e Oceania, Assistente
1981	Segundo Secretário, por antiguidade, em 17 de dezembro
1982	CAD-IRBr
1983	Departamento de Organismos Internacionais, Assessor
1984	36a. Reunião do Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia (CIB), Eastbourne, Grã-Bretanha, Chefe da Delegação
1984	Departamento de Sistematização da Informação Política, Assessor
1985	Delegação junto às Nações Unidas em Genebra, Segundo e Primeiro Secretário
1987	Primeiro Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro
1988	Embaixada em La Paz, Primeiro Secretário
1990	Embaixada em Ottawa, Primeiro Secretário
1993	Departamento de Organismos Internacionais, Assessor
1993	Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor
1994	Ordem do Mérito das Forças Armadas, Cavaleiro
1994	Medalha Mérito Tamandaré
1995	Secretaria de Planejamento Diplomático, Assessor
1995	Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Diretor

1995 Ordem do Mérito Militar, Cavaleiro

1995 Medalha "Mérito Santos-Dumont"

1995 Conselheiro, por merecimento, em 17 de junho

1996 Ordem do Mérito Naval, Cavaleiro

1997 Ordem de Rio Branco, Comendador

1997 Missão junto às Nações Unidas em Nova York, Conselheiro

2000 CAE - IRBr - Diplomacia e política de defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica no período-pós-Guerra Fria

2001 Embaixada no México, Conselheiro e Ministro

2002 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 27 de dezembro

2003 Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamento do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), Cidade do México, Presidente

2003 Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro

CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

HAITI

Figura 1 – Mapa da República do Haiti



Figura 2 – Bandeira do Haiti

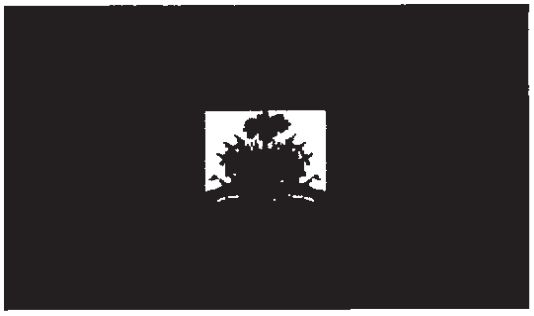


Figura 3 – Haiti – Dados Básicos[1]

Nome oficial	República do Haiti
Capital	Porto Príncipe

[1] Fonte - EIU. The Economist Intelligence Unit. Country Viewswire December 2004.

Sistema de Governo	República parlamentarista[2]
Superfície	27.750 km²
População	8.400.000 habitantes (Estimativa 2004)
Densidade demográfica	302,7 habitantes por km²
PIB	US$ 4,3 bilhões (Estimativa 2004)
Renda per capita	US$ 515,00

Perfil

Colombo explorou o Haiti a partir de 6 de dezembro de 1492. Os Taínos, indígenas do grupo dos Aruaque, que habitavam a ilha, foram praticamente extintos pelos espanhóis. Os franceses, naturalmente à revelia dos espanhóis que por decisão papal teriam a posse de toda a ilha, se instalaram na porção ocidental da Hispaniola a partir de meados do século XVII e pretenderam ocupar toda a ilha, até que finalmente, em 1697, têm seus direitos sobre a área que ocupavam reconhecidos pelo Tratado de Ryswick. Aquela região era conhecida como Saint-Domingue e rapidamente assumiu a liderança na produção açucareira no Caribe, com base no trabalho escravo. Em 1791, uma insurreição dos cerca de 480.000 escravos negros, liderados por Pierre-Dominique Toussaint Louverture, resulta, dez anos mais tarde na proclamação de uma Constituição que criava uma República independente. Contudo, Napoleão Bonaparte não aceitou o pleito. suprimiu o movimento independentista, e mandou prender Louverture.

Entretanto, Dessalines e Christophe, herdeiros de Louverture, aliados à febre amarela, causam fragorosa derrota ao exército napoleônico, que sofreu cerca de cinqüenta mil baixas e foi expulso da ilha. Em 1804 é proclamada a primeira república negra do mundo, segundo país das Américas a libertar-se do jugo colonial, com o nome de República do Haiti.

[2] O atual governo foi indicado por um "Conselho de Sábios". Eleições previstas para novembro/dezembro de 2005

A revolução destroçou a economia do Haiti. Seguiram-se anos de atritos entre a elite de mulatos que dominava a economia e a maioria negra da população que, somados a constantes disputas com a colônia de Santo Domingo que compartilhava a ilha, impediram o desenvolvimento da nova nação. O país vive então uma seqüência de ditaduras até o início do século XX quando, estrangulado economicamente, aceita uma intervenção norte-americana em sua alfândega de 1905 a 1941. Além da intervenção aduaneira, os fuzileiros navais norte-americanos ocupam militarmente o país de 1915 a 1934, para garantir a estabilidade do país, segundo alegação do governo dos EUA. As precárias estradas que servem hoje o país foram construídas naquele período, sob supervisão militar norte-americana.

Em 1949, após quatro anos de governo democrático do Presidente Dumarsais Estimé, a ditadura retorna sob o comando do General Paul Magloire, que vem a ser sucedido por François Duvalier, mais conhecido como "Papa Doc", em 1957. A polícia secreta de Duvalier, os "Tontons Macoutes" garantiram a estabilidade do país com eficiência brutal. Seu filho, Jean-Claude, conhecido pelo apelido de "Baby Doc", assume o poder ao falecer seu pai, em 1971, como primeiro mandatário da nação mais pobre do hemisfério ocidental. No início dos anos 1980, o Haiti foi um dos primeiros países do mundo a enfrentar uma epidemia de AIDS, introduzida no país por turistas oriundos de São Francisco, Califórnia. Com isso, a ilha, que na década de 1970 era conhecida como "Pérola do Caribe", perdeu rapidamente uma de suas principais fontes de moeda estrangeira. A indústria do turismo entrou em colapso, causando desemprego em massa no país. A crise econômica provocou intranqüilidade e acabou por forçar a fuga de Baby Doc, em 1986.

Após alguns anos de grandes dificuldades políticas, durante os quais a figura do Comandante em Chefe do Exército, Herard Abraham, foi instrumental para garantir a transição democrática, o primeiro mandatário haitiano eleito pelo voto popular assume o poder em 1991. Jean-Bertrand Aristide, um padre católico de orientação esquerdista, consegue amalgamar em torno de sua figura altamente carismática o movimento conhecido como "Fanmi Lavalas" (Família Lavalas, que significa enxurrada) e o transforma no maior partido político do Haiti. Aristide assume a Presidência do país prometendo uma nova era

para o Haiti e com a plataforma de "tirar a população haitiana da miséria indigna e conduzi-la a uma pobreza digna".

Contudo, nove meses depois, em 30 de setembro de 1991, Raoul Cédras, chefe do Exército do Haiti, depôs o Presidente Jean-Bertrand Aristide, e instalou no poder um regime militar, em operação cuja concepção é atribuída por alguns à Central Intelligence Agency – CIA[i] dos Estados Unidos da América. A Anistia Internacional estima em 5.000 a quantidade de mortes provocadas pela junta militar entre 1991 e 1994. Aristide partiu para o exílio na Venezuela e, posteriormente, nos Estados Unidos da América. O Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou uma série de resoluções, em 1993 e 1994, que instavam a junta militar a devolver o poder às autoridades haitianas escolhidas pelo voto popular. Em outubro de 1994, especialmente devido ao contínuo fluxo de imigrantes haitianos que tentavam chegar às costas dos Estados Unidos, 22.000 fuzileiros navais norte-americanos, com autorização do Conselho de Segurança, desembarcaram no país e reinstalaram Aristide no poder.

O Brasil, que em 1993-94 ocupava assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, absteve-se na votação da Resolução 940 (1994), que autorizava o envio da força multinacional liderada pelos EUA, e de três resoluções posteriores sobre o tema – resoluções 944, 948 e 964 (1994). Em 1995, Aristide, com apoio dos EUA, aboliu as Forças Armadas do Haiti.

Após completar seu mandato, Aristide instala no poder René Preval (1995-2001), respaldado pela força esmagadora da "Fanmi Lavalas". Em 2000, Aristide foi novamente eleito presidente, em eleições (legislativas e locais em maio e presidenciais e parlamentares em novembro) contestadas pela oposição, que recusou-se a participar do pleito. O voto no Haiti não é obrigatório, o que levou Aristide e os demais representantes populares a se elegerem com número relativamente pequeno de votos, dado o comparecimento às urnas de apenas 10% dos eleitores. A contestação da oposição não impediu a posse de Aristide, em 7 de fevereiro de 2001, com mandato até 2006. Diante das acusações de manipulação dos resultados das eleições, apresentadas pela oposição e por representantes da comunidade internacional, todo o fluxo de ajuda internacional foi suspenso, sufocando novamente a economia do país. O Parlamento haitiano fechou as

portas em janeiro de 2004, devido à extinção do mandato da maioria de seus membros. Não foi possível realizar as eleições legislativas em 2003 porque a oposição recusou-se a participar do processo eleitoral, não indicando representantes para integrar o Conselho Eleitoral Provisório, que teria o encargo de promover as eleições. A partir de então, o Executivo vem legislando por meio de decretos e decretos-lei.

A repressão à oposição aumentou nesse período. Aristide lança mão de grupos armados mercenários, apelidados de "chimères" para tentar conter as manifestações contra ele, que se alastram por todo o país e partem de todos os segmentos da sociedade. Concomitantemente à desintegração e à politização da Polícia Nacional do Haiti, recrudesceu no país a proliferação do tráfico de armas leves. Além disso, a precária ação da polícia, os baixos salários dos policiais tornando-os alvos fáceis para a corrupção e fronteiras permeáveis contribuíram para fazer do Haiti uma plataforma do tráfico internacional de drogas.

A instabilidade política e institucional, o empobrecimento da população e a volatilidade na segurança reforçaram o clima de impunidade e ausência da lei, com impacto direto nos abusos aos direitos humanos, políticos, sociais e econômicos. Embora tenha atuado continuamente no país entre 2001 e 2004, Missão Especial da Organização dos Estados Americanos – OEA não teve êxito em promover a normalização institucional.

O Haiti é o único país do Hemisfério Ocidental classificado pelas Nações Unidas como País de Menor Desenvolvimento Relativo (Least Developed Country). O país é o 146º entre os 173 países medidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano. As estruturas produtivas e comerciais do país, já precárias, foram destruídas em razão da permanente crise política, sendo 40% da receita haitiana proveniente de remessas de cidadãos expatriados. Cerca de 52% dos habitantes estão abaixo da linha de pobreza e a desnutrição crônica afeta 51% da população. A expectativa de vida é de 52,4 anos e a taxa de HIV/AIDS é a mais alta fora da África sub-saariana: 4,5% da população portavam o vírus em 2002 e, a cada ano, 30.000 pessoas têm morrido da doença. Com 2.500 policiais em uma população de 8,5 milhões, o Haiti, país desprovido de Forças Armadas, tem um policial para cada 3.400 habitantes. No Caribe, a média é de um policial para 400 habitantes.

A Resolução 940 (1994) do Conselho de Segurança autorizou o emprego de uma força multinacional de 20.000 homens, liderada pelos EUA, com o objetivo de facilitar o retorno das autoridades governamentais legítimas (o governo de Jean-Bertrand Aristide) e manter a segurança no país.

Entre 1994 e 2001, quatro missões da ONU se sucederam no país. A UNMIH exerceu seu mandato de 1993 a 1996, a UNSMIH, de 1996 a 1997, a UNTMIH, de julho a novembro de 1997, e a MIPONUH, de 1997 a 2000. As três últimas foram operações de pequeno porte, cujo componente armado limitou-se ao apoio (mal-sucedido) à reorganização da Polícia haitiana. Sem componente armado e com mandato da Assembléia Geral (não do Conselho de Segurança), funcionaram a MICIVIH e a MICAH. Ambas foram prejudicadas por forte carência de fundos e apoio político e encerraram suas atividades em 2001, em vista do recrudescimento das tensões políticas e da violência. Com exceção dos esforços de mediação política e diplomática da Comunidade Caribenha e da Missão Especial da OEA, o Haiti foi praticamente abandonado à própria sorte entre 2001 e 2004.

Apesar de ter-se restaurado a democracia no país e ter ocorrido maior envolvimento das elites na vida política do país durante a segunda metade da década de 1990, inclusive com o desenvolvimento de uma imprensa livre e diversificada, não se consolidaram instituições estáveis e as necessárias reformas não tiveram curso. Além da falta de compromisso da liderança haitiana, esses problemas não receberam a devida atenção da comunidade internacional. Os programas de assistência não envolveram suficientemente a população haitiana, os recursos financeiros foram muitas vezes mal alocados e não levaram em consideração as deficiências da capacidade de absorção local e a responsabilização das autoridades locais não foi bem definida.

Já no último quartel de 2003, pela primeira vez em duzentos anos de história, partidos políticos, entidades de classe, a imprensa e outros setores da sociedade se uniram em um grupo que se intitulou Grupo 184, mas que acabou agrupando representantes de mais de 400 organizações, com o propósito de afastar Aristide do poder.

Em 31 de janeiro de 2004, a Comunidade dos Estados do Caribe – CARICOM ofereceu-se como mediadora e apresentou um Plano de Ação Preliminar, o qual foi acompanhado, em fevereiro, por um plano de trabalho desenvolvido pelo Grupo dos Seis (Bahamas, Canadá, Estados Unidos da América, França, OEA e a União Européia). Tais planos, que contaram com a concordância de Aristide, previam reformas amplas, incluindo a substituição do Primeiro-Ministro por indicação das lideranças da comunidade. A oposição, no entanto, recusou-se a discutir qualquer alternativa antes da renúncia de Aristide.

A despeito de várias iniciativas diplomáticas da CARICOM e da Organização dos Estados Americanos, uma rebelião armada eclodiu em fevereiro de 2004 em Gonaïves, espalhando-se rapidamente para outras cidades. Na iminência de um banho de sangue, anunciado pelos Governos dos EUA e da França, que previam a tomada da capital do país, Porto Príncipe, pelas forças rebeldes lideradas por Guy Philippe, na manhã de 29 de fevereiro de 2004, o Presidente Aristide renunciou e partiu para o exílio, inicialmente na República Centro-Africana.

O então Primeiro-Ministro Yvon Neptune tomou a iniciativa de implementar uma variante do plano proposto pela CARICOM para a instalação de um Governo Transitório. Assumiu o cargo de Presidente o então Presidente da Corte Suprema de Justiça, Boniface Alexandre. No próprio dia 29 de fevereiro, o Representante Permanente do Haiti junto às Nações Unidas submeteu ao Conselho de Segurança cópia da carta de renúncia de Aristide e um pedido de assistência. Na mesma noite, foi aprovada, pelo CSNU, a Resolução 1529 (2004), que autorizou tropas estrangeiras a entrarem em território haitiano.

Em 4 de março, foi nomeado o Conselho Tripartite, com um representante do partido "Fanmi Lavalas"; um representante indicado pela oposição; e um representante da comunidade internacional, escolhido com a participação da OEA e da ONU. Esse grupo foi incumbido de selecionar sete pessoas eminentes para compor o Conselho de Sábios, o qual, por sua vez, selecionaria um novo Primeiro-Ministro.

Em 5 de março, o Conselho de Sábios foi escolhido com representantes de grupos de promoção dos direitos humanos, das Igrejas Católica e Anglicana, da Academia, do setor privado, e dos partidos "Convergence Démocratique" e "Fanmi Lavalas". Em 9 de março, o Conselho de Sábios, a partir de uma lista tríplice, indicou Gérard Latortue como Primeiro-Ministro.

Em 12 de março, o Governo da Jamaica anunciou que estaria concedendo visto de permanência temporária no país ao ex-Presidente Jean-Bertrand Aristide, o que gerou veementes protestos do novo Primeiro-Ministro, inclusive provocando a retirada do Embaixador haitiano de Kingston e o virtual rompimento do Haiti com a Comunidade dos Estados do Caribe.

Nos dias subseqüentes, Latortue, juntamente com o Conselho de Sábios, nomeou o restante do governo entre técnicos reconhecidos por sua competência e não pela filiação partidária. Os 13 membros do Ministério foram empossados em 17 de março.

A CARICOM expressou sua consternação com as circunstâncias pouco claras que envolveram a partida de Aristide. Em primeiro lugar, a CARICOM não escondeu seu ressentimento pela pouca atenção dedicada aos planos propostos em fevereiro e aos apelos do próprio Aristide ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, solicitando apoio para restaurar a ordem e a segurança no país, no quadro de normalidade constitucional.

Em Declaração aprovada em 26 de março, em São Cristóvão e Névis, os Chefes de Governo da CARICOM reafirmaram seu compromisso com os princípios fundamentais da governança e da democracia, do estado de direito e do processo democrático. Reiteraram, ainda, o pedido de investigação das circunstâncias que levaram à renúncia do Presidente Aristide e declararam que o Haiti continuava sendo um membro da CARICOM, embora não fosse reconhecida a legitimidade do Governo de Transição. Tomaram nota das declarações do Governo de Transição sobre o "congelamento das relações com a Jamaica e com a CARICOM", que se seguiram à concessão, pela Jamaica, de asilo temporário a Aristide, o que impediu a participação de Latortue na 15ª Cúpula Intersessional de Chefes de Governo da CARICOM.

Para facilitar os contatos com o Haiti e com a comunidade internacional, os Chefes de Governo decidiram: a) recriar o Grupo de Contato de Primeiros-Ministros da CARICOM sobre o Haiti; b) designar um Enviado Especial adjunto ao Grupo de Contato para representar os interesses da CARICOM em assuntos relacionados ao Haiti e facilitar os contatos do grupo com a comunidade internacional; e c) estabelecer uma Força-Tarefa para coordenar a assistência da CARICOM ao Haiti.

Embora se observem sinais de recomposição entre a CARICOM e o Haiti, não foi ainda normalizado o relacionamento entre seus membros e o Governo de Transição. Uma missão ministerial da CARICOM visitou o Haiti em julho de 2004 e um Enviado Especial foi designado para interagir com as autoridades haitianas. Realizou-se em Barbados, nos dias 24 e 25 de outubro de 2005, reunião dos Chanceleres da CARICOM para discutir a crise política do Haiti.

Em fevereiro de 2004, o Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU reuniu-se seis vezes, formal e informalmente, para debater a situação do Haiti. Em 18 de fevereiro, em declaração presidencial, o CSNU já expressava sua profunda preocupação com a crescente violência e deterioração da situação política e humanitária no país e pedia ao governo e à oposição que dialogassem e superassem suas diferenças de maneira pacífica e democrática, pela via constitucional. Em 25 de fevereiro, outra declaração presidencial lamentava a decisão da oposição haitiana de recusar o Plano de Ação da OEA e da CARICOM, insistindo que a aplicação do plano era a melhor oportunidade para resolver os problemas do Haiti.

A pedido do Governo da Jamaica, em nome da CARICOM, o Conselho celebrou sessão pública em 26 de fevereiro, na qual o Ministro de Relações e Comércio Exterior da Jamaica expressou sua esperança de que o CSNU autorizasse o envio de uma missão de manutenção da paz ao Haiti para ajudar a estabilizar a situação e a restabelecer a ordem.

No mesmo dia em que Aristide deixa o país e Boniface Alexandre toma posse como Presidente Haiti, o CSNU aprovou, em 29 de fevereiro, por unanimidade, a Resolução 1529 (2004), em que: a) sob o capítulo VII da Carta, autorizava o envio ao Haiti

de uma força multinacional interina por um período máximo de três meses; b) declarava sua disposição de criar uma força de estabilização e acompanhamento das Nações Unidas; c) pedia ao Secretário-Geral das Nações Unidas – SGNU a apresentação de recomendações ao Conselho acerca do tamanho, da estrutura e do mandato dessa força; e d) acolhia a nomeação de um Assessor Especial do SGNU para o Haiti e pedia a este a elaboração de programa de ação para que as Nações Unidas respaldassem o processo político-constitucional e apoiassem as atividades de assistência humanitária e econômica.

Em 11 de março de 2004, missão multidisciplinar de avaliação enviada pelas Nações Unidas chegou a Porto Príncipe. A partir dos resultados da missão, liderada por Hocine Medili e conduzida sob os auspícios do Enviado Especial do Secretário-Geral para o Haiti, John Reginald Dumas, foram transmitidas informações ao CSNU pelo Secretário-Geral Assistente, Danilo Türk, em 23 de março de 2005 e, em 30 de março, o Conselho ouviu de Dumas relato sobre a futura missão das Nações Unidas no Haiti.

Em 19 de abril, foi divulgado o relatório do SGNU sobre o Haiti, o qual recomendou o estabelecimento de "operação multidimensional de estabilização", denominada Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH composta de forças militares com efetivo de 6.700 homens, além de 1.622 policiais civis e número a ser definido de pessoal internacional e local.

A Força Multinacional Interina – MIF foi composta por cerca de 3.400 militares, dos quais 1.800 dos Estados Unidos, 800 franceses, 460 canadenses e 340 chilenos. Contribuiu, em conjunto com a polícia haitiana, para a preservação da ordem pública, a contenção da atividade dos grupos armados e a segurança de prédios governamentais. Em 11 de março de 2004, os principais portos e aeroportos estavam novamente operacionais.

Foram reinstaladas no país as representações das ONU e da OEA, que retomaram suas atividades políticas e projetos na medida do possível, dada a situação ainda instável do país.

No dia 25 de junho, a MIF transferiu a responsabilidade pela estabilização do Haiti à MINUSTAH e retirou-se do país. Alguns dos seus efetivos, tropas canadenses e chilenas, passaram pelo processo conhecido no jargão da ONU como "rehatting" e envergaram durante a solenidade os conhecidos capacetes azuis de força de paz da ONU, integrando-se imediatamente aos efetivos da MINUSTAH.

Para que sejam resolvidos os problemas que têm levado à instabilidade, será necessário alcançar progressos sociais capazes de dar à cidadania o sentimento de suas responsabilidades e a percepção de que a presença internacional tem efeitos positivos. Com essa visão, realizou-se em Washington, em julho último, Conferência de Doadores para o Haiti, em que foi aprovado amplo programa de recuperação. A reunião ultrapassou seus objetivos iniciais, ao atingir a soma $ 1,085 bilhão de dólares, grande parte da qual estará disponível a título de empréstimos. Pela primeira vez, um plano de assistência internacional abrangente e complexo foi definido em curto prazo, sob a liderança e segundo as prioridades do governo do país, apesar de sua precariedade. Realizou-se em Porto Príncipe, em 22 e 23 de setembro de 2004, reunião de seguimento da Conferência de Doadores.

Os representantes brasileiros têm trabalhado em favor de uma ação conjunta do sistema das Nações Unidas, da comunidade internacional e das instituições financeiras internacionais, na promoção do desenvolvimento e com vistas à pronta liberação dos recursos prometidos.

Relações com o Brasil

"La nouvelle donne politique née à la faveur des événements de février 2004 en Haïti, qui ont vu le Brésil accepter la proposition des Nations Unies de prendre le commandement de la partie militaire de la mission de stabilisation (MINUSTAH), a modifier de façon dramatique et spectaculaire les relations bilatérales entre les deux pays."[ii]

Brasil e Haiti mantêm relações diplomáticas desde 1928, quando foram abertas legações recíprocas, chefiadas por um Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário. Em 1954, foi elevado o nível de representação para Embaixada. Desde então o relacionamento nunca foi interrompido, mesmo durante o Governo de Raoul Cédras – 1991-1994, quando a maioria dos países que mantêm embaixada residente em Porto

Príncipe fechou suas representações, o Brasil manteve sua Missão em funcionamento, chefiada por um Encarregado de Negócios, a.i.

As relações entre o Brasil e o Haiti foram tradicionalmente, embora cordiais, distantes. Isso se explica, entre outros, por fatores históricos – voltado, primeiro, para a Europa e, depois, para os EUA, o Brasil pouca atenção dedicou ao Caribe. Isso não impediu que surgisse, no Haiti, uma enorme simpatia pelo Brasil, ligada especialmente ao futebol. Está presente no inconsciente coletivo da nação haitiana um sentimento de fraternidade com o Brasil. O haitiano olha para o Brasil como quem olha para um irmão maior, principalmente dadas as raízes comuns africanas de suas populações. E, tendo em conta o grau de desenvolvimento relativo do Brasil, está muito presente no Haiti a idéia de que "se o irmão maior deu certo, nós também podemos conseguir...". Politicamente, contudo, o relacionamento bilateral sempre foi muito rarefeito, até o momento em que foi anunciada a decisão brasileira de participar com contingente expressivo e assumir o comando da vertente militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH. Em decorrência dessa decisão, houve imediato adensamento das relações.

Não obstante críticas veiculadas pela imprensa, segundo as quais o engajamento do Brasil na MINUSTAH visava unicamente a eventual conquista de uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU, o Governo brasileiro mostra estar decidido a apresentar à comunidade internacional um novo tipo de operação de paz, muito mais voltado para a recuperação das instituições haitianas, para o desenvolvimento sustentado e para retirar a população haitiana de sua condição de miséria absoluta. Mesmo correndo o risco de prejudicar seu apoio popular, soube também o Governo brasileiro resistir à pressão de um sem número de grupos que formularam petições e abaixo-assinados contrários à participação brasileira na MINUSTAH.

Desde logo, é importante sublinhar que uma presença mais marcante e atuante da diplomacia brasileira no Caribe passa, necessariamente, por uma participação pró-ativa do Brasil na busca de uma solução negociada para a crise haitiana. A maior presença do Brasil nesta importante região tem sido advogada formalmente por representantes de Barbados, Jamaica, Trinidad e Tobago, Bahamas, República Dominicana e da CARICOM.

Do ponto de vista bilateral, o Brasil pode contribuir significativamente na busca de uma solução para a crise, especialmente participando das eleições gerais que terão lugar em novembro e dezembro de 2005, ponto crucial das providências para reconduzir a situação política à normalidade por meio da restauração da representação democrática no país.

A despeito das críticas que os eventos de 29 de fevereiro de 2004 despertaram na região, o sentimento geral é de que é necessário olhar para o futuro, já que o que se busca é ajudar o povo haitiano a retomar o caminho da paz, da democracia e do desenvolvimento. O Chanceler Julian Hunte, de Santa Lúcia, assinalou que a saída de Aristide era fato consumado com o qual "temos que lidar". Doravante, a principal preocupação de todos os atores envolvidos deveria ser a de assegurar a proteção e segurança do povo haitiano.

No dia 18 de agosto de 2004, realizou-se em Porto Príncipe, Haiti, aquele que foi intitulado "Jogo pela Paz". Com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em visita oficial ao país, a Seleção brasileira de futebol realizou partida amistosa com a seleção haitiana, no Estádio Sylvio Cator, com capacidade para cerca de quinze mil torcedores. A realização da partida foi considerada, no Haiti, como projeto de Estado, acompanhado pessoalmente pelo Primeiro-Ministro Gérard Latortue e deu ao Governo haitiano a oportunidade de revitalizar a área do Estádio, situado no centro de Porto Príncipe, reformar o Estádio Sylvio Cator, em desuso por quase um ano, e mobilizar a população do país.

A primeira visita de um Presidente brasileiro ao país e a realização da partida amistosa de futebol foram evento histórico que mereceu ampla cobertura da imprensa mundial e marcou indelevelmente o Haiti, de tal forma que o dia 18 de agosto passou a ser feriado nacional no país. Foi uma demonstração da seriedade e do empenho com que é encarado pelo Brasil o trabalho de recuperação e desenvolvimento do Haiti e selou um compromisso bilateral entre as duas nações.

O Governo brasileiro está identificando "nichos" para desenvolvimento de projetos bilaterais de cooperação em diversas áreas. Procura-se também mobilizar a comunidade doadora para a causa da reconstrução haitiana e envidam-se esforços, no

âmbito das Nações Unidas, pelo estabelecimento de estruturas institucionais que possam refletir um compromisso de longo prazo com o desenvolvimento e o crescimento econômico haitiano. O objetivo primordial desse esforço é evitar a recorrência da crise haitiana.

Reforçando ainda mais as relações bilaterais, foi aberto em 2004 um canal direto de comunicação entre os partidos políticos dos dois países. Nesse contexto, destacou-se a visita que os Senadores Eduardo Suplicy, Hélio Costa, Leomar Quintanilha e Maguito Vilela realizaram a Porto Príncipe no período de 16 a 19 de agosto de 2004, coincidindo com a visita oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva àquele país e com a realização do Jogo pela Paz, no dia 18 de agosto.

Os Senadores relataram sua viagem em intervenções no Plenário do Senado Federal, onde foram unânimes em elogiar o trabalho que está sendo desenvolvido pelas Forças Armadas brasileiras que integram a MINUSTAH e ressaltaram a importância da presença brasileira no esforço de reconstrução do Haiti e no processo de normalização institucional do país.

O Senador Eduardo Suplicy, em nome dos demais integrantes da comitiva, relatou, durante jantar oferecido na residência da Embaixada do Brasil, que a experiência foi altamente enriquecedora e que, se dúvida houvesse quanto ao acerto da aprovação da participação brasileira na MINUSTAH, esta teria caído por terra ao verificar no terreno o afeto com que as tropas são recebidas pela população haitiana bem como as condições de vida enfrentadas pelas camadas menos favorecidas da população que anseiam por contar com apoio para a reconstrução de seu país.

Intercâmbio Comercial

As exportações brasileiras para o Haiti, basicamente óleo de soja e carne e derivados em 2002 e 2003, foram compostas em mais de 40% no ano de 2004 por barras de ferro fundido. Os alimentos continuaram respondendo por cerca de 10% do total em 2004. As importações brasileiras, pouco significativas, são quase integralmente de óleo essencial de vetiver. Os dados constam do quadro a seguir, na Figura 4.

Figura 4 – Intercâmbio Comercial Brasil – Haiti

2000 - 2004

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - HAITI (US$ mil)	2000	2001	2002	2003	2004 (2)
Exportações (FOB)	17262	23357	23761	31595	25351
Variação em relação ao ano anterior	89,3%	35,3%	1,7%	33,0%	-19,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para demais da América Latina[3]	7,5%	8,9%	7,1%	7,7%	5,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações (FOB)	46	8	55	156	175
Variação em relação ao ano anterior	91,7%	-82,6%	587,5%	183,6%	12,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras demais da América Latina[3]	0,3%	0,0%	0,4%	1,9%	0,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	17308	23365	23816	31751	25526
Variação em relação ao ano anterior	89,3%	35,0%	1,9%	33,3%	-19,6%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-demais da América Latina[3]	6,9%	8,2%	6,8%	7,6%	5,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	17216	23349	23706	31439	25176

Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial.

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

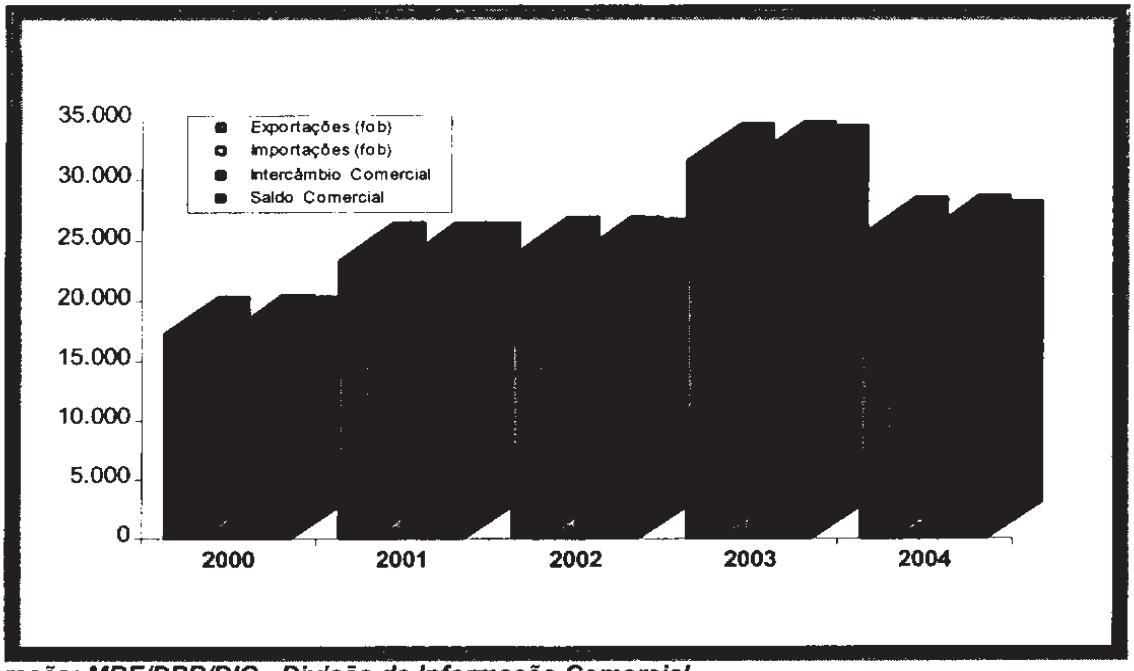
(2) Dados preliminares.

(3) Demais da América Latina: Definição da SECEX para o grupo de países: Haiti, Panamá e República Dominicana.

Já o gráfico apresentado na Figura 5, abaixo, indica relativa regularidade no intercâmbio comercial, com destaque para o notável superávit em favor do Brasil.

Figura 5 – Evolução do Intercâmbio Comercial Brasil – Haiti

2000 – 2004 – Em Milhares de US$



Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial.
Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.

Acordos Bilaterais em Vigor

O quadro apresentado na Figura 6 apresenta um elenco dos acordos bilaterais em vigor entre a República Federativa do Brasil e a República do Haiti, onde se destacam o Memorando de Entendimento Esportivo entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Estado da Juventude, dos Esportes e da Educação Cívica do Haiti e o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, ambos assinados em 2004 com vistas a abrir as portas a uma intensificação da cooperação entre os dois países.

Figura 6 – Acordos Bilaterais em Vigor entre o Brasil e o Haiti

Convenção de Arbitramento	25/04/1910	21/11/1912
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas, por Via Comum	19/03/1951	19/03/1951
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas Especiais por Via Aérea	23/05/1951	23/05/1951

Nome	Assinatura	Entrada em Vigor
Convênio de Intercâmbio Cultural	05/07/1966	05.05.1973
Protocolo de Intenções para o Desenvolvimento de Programas de Cooperação nas Áreas de Energia e Mineração	26/09/1983	26/09/1983
Acordo sobre a Criação da Comissão Mista Brasil-Haiti	14/09/1984	14/09/1984
Memorando de Entendimento Esportivo entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Estado da Juventude, dos Esportes e da Educação Cívica do Haiti	18/08/2004	18/08/2004
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	15/10/1982	03/11/2004

A Presença do Brasil na MINUSTAH

"No meu ponto de vista, não temos o direito de errar, de experimentar, de 'ver no que vai dar', porque poderemos estar atentando contra os interesses maiores do nosso Estado".[iii]

A disposição do Brasil de assumir a liderança da Força de Estabilização, exercendo papel único em razão de sua capacidade de diálogo com os países da região, insere-se em um quadro mais amplo de projeção do país no continente e na arena internacional e de uma política externa mais assertiva, que não pode abster-se de participar das grandes discussões internacionais, seja na área econômico-comercial e do desenvolvimento, seja no campo da paz e da segurança internacionais. Resultará em reforço considerável do prestígio do País, de forma compatível com as aspirações brasileiras de desempenhar papel de relevo nas grandes questões internacionais e de ocupar assento permanente no CSNU.

Uma operação de paz das Nações Unidas, como a MINUSTAH, não visa à imposição de uma fórmula política pela força, mas sim a contribuir para a consolidação de um processo de diálogo político com respeito à soberania, evitando a eclosão de novos confrontos e maior número de mortos. A participação do Brasil na reconstrução das instituições democráticas no Haiti se dá em consonância com a Carta Democrática Interamericana, que afirma ser a democracia "essencial para o desenvolvimento social,

político e econômico dos povos das Américas". Essa disposição brasileira se materializaria em conformidade com as necessidades manifestadas pelas autoridades haitianas e com a colaboração dos países do Caribe, tendo em conta ser essencial o pleno engajamento da região vizinha nos esforços de reconstrução do Haiti. Trata-se, portanto, de esforço concertado com os membros da CARICOM, que têm tido atuação central nos esforços políticos de solução pacífica, duradoura e respeitadora do Direito Internacional para a crise haitiana.

Na maior operação militar fora de suas fronteiras desde sua participação na II Guerra Mundial, o Brasil está presente no Haiti com contingente de 1.197 homens de suas Forças Armadas, que integram a Brigada Haiti e o General Augusto Heleno Pereira Ribeiro comanda a força militar da MINUSTAH. Diversos países da América do Sul mostraram interesse em coordenar-se com o Brasil e contribuir com tropas para a Missão da ONU (Argentina, Uruguai, Paraguai, Uruguai, Chile, e Peru).

Complementando a atuação militar, o Brasil está empenhado em contribuir expressivamente na área civil da operação. Na semana de 23 a 28 de agosto de 2004, ampla missão multidisciplinar brasileira, liderada pela Agência Brasileira de Cooperação e englobando inúmeros representantes do Executivo e do Judiciário, visitou o Haiti, onde se reuniu com autoridades do Governo de transição para identificar áreas nas quais poderia ser estreitada a cooperação entre os dois países. Buscou-se, por meio dessa cooperação, apoiar o Governo de Transição na recuperação de estradas vicinais, no desenvolvimento de tecnologias agrícolas, nas áreas de saúde pública (treinamento de multiplicadores e vacinação em massa), treinamento de magistrados e criação de cartórios, aperfeiçoamento da educação, entre outras atividades. No dia 15 de setembro de 2004, no âmbito da cooperação técnica bilateral, chegou ao Haiti, em vôo da Força Aérea Brasileira, uma usina modelo de beneficiamento de castanhas de caju, doada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA ao povo haitiano.

Em dezembro de 2004, foram assinados acordos com o Banco Mundial que prevêem a destinação de recursos daquela instituição para financiamento de programas de coleta de lixo e distribuição de merenda escolar a serem viabilizados mediante cooperação técnica do Governo brasileiro.

Registram-se diferentes ênfases entre o Secretariado, notadamente o Department of Peace Keeping Operations – DPKO[iv], e o Governo brasileiro quanto à questão do binômio segurança/desenvolvimento. Não se pode cogitar ser possível garantir inteiramente a segurança do Haiti para só então iniciar ações de desenvolvimento social e econômico. Tais ações devem ser lançadas em paralelo com as de estabilização militar, por arriscada e incômoda que seja esta tática. A MINUSTAH, como um todo, deve estar capacitada a abordar ambos os problemas simultaneamente para que se possam obter condições básicas de segurança sustentável do Haiti.

Em resumo, o Brasil, com sua atuação no Haiti, se propõe demonstrar ao mundo que há uma outra maneira de conduzir uma missão de paz: com menor número de pontos de controle, presença menos ostensiva de tanques-de-guerra, participação militar no desenvolvimento comunitário, com países do sul ajudando uma nação irmã em necessidade para construir uma América melhor. Tal espírito está muito bem retratado nas palavras do Presidente da República abaixo transcritas:

> "Nossa solidariedade regional está sendo testada na grave crise por que passa o Haiti. Com espírito de solidariedade, o Brasil e outros países de nossa região têm oferecido apoio à missão da ONU nessa nação irmã.
>
> A estabilização e a reconciliação são tarefas complexas, como a própria história do Haiti tem nos ensinado.
>
> A preocupação exclusiva com a manutenção da ordem não será suficiente para sustentar a democracia. Isso já foi tentado anos atrás, sem êxito e sem benefício concreto para a população haitiana.
>
> É preciso que a comunidade internacional se mobilize para atender as necessidades prementes do povo haitiano.
>
> Devemos contribuir para a paz e o fortalecimento da democracia, mas também colaborar com soluções eficazes para a reconstrução do país, com resultados palpáveis para a população. O restabelecimento da dignidade do povo haitiano só será possível se for centrado num genuíno esforço de cooperação que cabe a todos nós.
>
> A ação internacional contra a fome e a pobreza representa apoio decisivo aos esforços que os mais pobres entre nós vêm fazendo para enfrentar esses desafios.
>
> Em setembro último, em Nova Iorque, lançamos um movimento para buscar soluções inovadoras e realistas a fim de ampliar o apoio da comunidade internacional a essas causas. Mais de 60 Chefes de Estado e

de Governo presentes endossaram esse chamamento. Mais de 130 países o apoiaram.

Vamos continuar dialogando com o objetivo de elaborar propostas que se traduzam em novo patamar de cooperação internacional, mais vigoroso e solidário, para combater as mazelas da fome e da pobreza. Façamos do Haiti um exemplo de nossa disposição".[v]

---

[i] Agência Central de Inteligência.

[ii] "O novo fato político nascido em decorrência dos acontecimentos de fevereiro de 2004 no Haiti, que viram o Brasil aceitar a proposta das Nações Unidas de assumir o comando da vertente militar da missão de estabilização (MINUSTAH), modificou de forma dramática e espetacular as relações bilaterais entre os dois países". Ministro Madsen Cherubim, Encarregado de Negócios, a.i., da Embaixada do Haiti em Brasília. (tradução livre)

[iii] Palavras do Coronel Luiz Felipe Kramer Carbonell, que chefiou a seção de comunicação social do primeiro contingente da Brigada Haiti, que atuou naquele país de junho a dezembro de 2004.

[iv] Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas.

[v] Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato inaugural da 18ª Cúpula Presidencial do Grupo do Rio. Rio de Janeiro. 4 de novembro de 2004.

(A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - DECISÃO TERMINATIVA)

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 12 - 03 - 2005